

Jornal do Comércio 8/11/94

DOCAS S.A.



CGC. n.º 33.433.665/0001-48
(Companhia Aberta)

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA: 4 de novembro de 1994. HORÁRIO: 18 horas. LOCAL: Sede social, localizada nesta Cidade, na Avenida Almirante Barroso n.º 52 - salas 1001 e 1002. COMPARECIMENTO: Sócios detentores da maioria do capital social com direito a voto. MESA: Eleitos os Srs. Evaldo Pereira Ramos, como Presidente, e Delson Furtado de Almeida, como Secretário. CONVOCAÇÃO: Edital publicado no Diário Oficial deste Estado dos dias 26, 27 e 31 e no Jornal do Comércio dos dias 26, 27 e 28 todos do mês de outubro de 1994. ORDEM DO DIA: a) emissão de debêntures conversíveis em ações com as seguintes características, cuja fixação definitiva caberá ao Conselho de Administração consoante os termos da delegação referida na alínea "b" subsequente; 1. Emissão: Uma ou mais séries de debêntures conversíveis em ações preferenciais com privilégios idênticos aos assegurados às ações desta espécie já emitidas; 2. Valor total das emissões: até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); 3. Remuneração: calculada "pro rata die", alternativamente, mas prevalecendo a que for maior: 12% (doze por cento) ao ano acima da Taxa Referencial ou de outro indexador que possa ser utilizado, ou 2% (dois por cento) acima da taxa ANBID, a serem pagos semestralmente; 4. Conversão em ações preferenciais: por valor, no mínimo, equivalente a 30% (trinta por cento) do valor patrimonial à época da aprovação da emissão; 5. Prazo: no mínimo, três anos a contar da emissão; 6. Repactuação: no mínimo, mensal; 7. Época da conversão: a qualquer tempo; e 8. Comissões: a serem estabelecidas consoante as melhores práticas de mercado, à época da colocação; e b) na forma do previsto no § 2.º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76, delegação ao Conselho de Administração da Companhia da deliberação final acerca da época e das condições de vencimentos, amortização, pagamentos de juros, do modo de subscrição ou colocação. A emissão de ações preferenciais, decorrente da conversão das debêntures, será feita no âmbito da autorização prevista no § 2.º do Artigo 5.º do Estatuto Social, conforme aprovado, à unanimidade, pelo Conselho de Administração da Companhia. DELIBERAÇÕES: Foi dispensada a transcrição em ata do Edital de Convocação acima referido, cujas respectivas publicações ficam arquivadas na Sociedade, após rubricadas pela Mesa, sob os n.ºs 1 a 6. Foi aprovada a emissão de 15.000 (quinze mil) debêntures conversíveis em ações preferenciais nominativas, obrigações estas com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo o valor global de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), destinados ao alongamento do passivo oneroso da Companhia, com as seguintes características: 1) Data da emissão: para todos os efeitos legais a data da emissão das debêntures foi estabelecida com sendo o dia 1.º de dezembro de 1994; 2) Data do vencimento: para todos os efeitos legais a data de vencimento das debêntures foi estabelecida como sendo o dia 1.º de dezembro de 1999; 3) Remuneração: para o período que vai da emissão até o dia 1.º de dezembro de 1995, as debêntures proporcionarão aos debenturistas remuneração equivalente à variação da taxa ANBID apurada e capitalizada mensalmente, acrescida de um "spread" anual de 2% (dois por cento), ou à variação do IPCr (Índice de Preços ao Consumidor, série "r") acrescida de juros anuais de 12% (doze por cento), sendo que, no pagamento a ser efetuado em 1.º de dezembro de 1995, prevalecerá a composição que resultar em maior rentabilidade ao debenturista, entre as duas variações retro definidas. Para os períodos posteriores a 1.º de dezembro de 1995, a remuneração e o período a que ela se referir serão determinados pelo Conselho de Administração da Companhia e dados a conhecer aos debenturistas mediante a publicação de editais específicos, ficando a Companhia autorizada, desde já, a recomprar as debêntures de todos os debenturistas que não concordarem com as condições de repactuação aprovadas para cada

período imediatamente subsequente; 4) Garantia: as debêntures contarão com garantia flutuante do ativo da Companhia; 5) Conversibilidade: as debêntures serão conversíveis em ações preferenciais nominativas da Companhia, sendo assegurado às ações oriundas da conversão os mesmos direitos existentes para as ações da mesma espécie, previstos no Estatuto Social da Companhia, inclusive dividendos integrais referentes ao exercício social em que ocorrer a conversão. Os debenturistas poderão solicitar a conversão das suas debêntures, em ações, a qualquer tempo. A quantidade de ações resultante da conversão de uma debênture será o quociente da divisão do valor nominal pelo preço de emissão da ação, que será equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor patrimonial da ação, apurado com base nas demonstrações financeiras da Companhia encerradas em 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício, efetivamente publicadas, atualizado, "pro rata temporis", com base nos mesmos índices de correção das referidas demonstrações. Restou, ainda: a) autorizado à Diretoria da Companhia, para a consecução da emissão de debêntures ora aprovada, cujo lançamento será público, com adoção de procedimento diferenciado previsto pelo artigo 33 da Instrução Normativa CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, praticar todos os atos necessários à efetivação da proposta ora aprovada, tais como: 1) firmar a Escritura de Emissão, especificando os direitos conferidos às debêntures; 2) contratar o Agente Fiduciário, especificando deveres e remuneração; 3) contratar instituições financeiras credenciadas a operar no mercado de capitais para coordenar e garantir a colocação das debêntures; 4) contratar os serviços do SND (Serviço Nacional de Debêntures) e de instituição financeira como mandatária junto à CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos); b) delegado ao Conselho de Administração da Companhia as atribuições para proceder a eventuais retificações e estabelecer definições para a operação em apreço, uma vez que tais providências não modifiquem as características básicas ou essenciais da emissão, bem como para fixar as condições de repactuação das debêntures; c) deliberado conferir direito de prioridade, a ser exercido em prazo não inferior a 5 (cinco) dias corridos a contar da publicação do primeiro anúncio de distribuição pública das debêntures, para que os atuais Acionistas subscrevam as debêntures, à razão de uma debênture para cada cinquenta mil ações possuídas; d) autorizada a publicação das comunicações relacionadas com a emissão de debêntures na Gazeta Mercantil - Edição Nacional, sem prejuízo, no quanto necessário, da veiculação das mesmas no Jornal do Comércio e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. APROVAÇÃO: As deliberações foram aprovadas por maioria, com voto contrário dos acionistas Banco Clássico S.A., José Pais Rangel e Julian Fonseca Peña Chediak, conforme declaração de voto apresentada em separado. Por solicitação do Banco Clássico S.A., foi esclarecido que a presente emissão se destina à captação de recursos com o objetivo de fornecer à Companhia novo instrumento de captação de recursos, permitindo, dessa forma, otimizar o "funding" das suas operações, possibilitando, inclusive, que os acionistas tenham, como lhes é assegurado por lei, o ensejo de participar desse processo, através da tomada das debêntures decorrente do exercício do direito de prioridade à subscrição. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou esta ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. ASSINATURAS: Delson Furtado de Almeida, Secretário; Evaldo Pereira Ramos, Presidente; ARVOREDO - PARTICIPAÇÕES LTDA., BOTUCATU PARTICIPAÇÕES LTDA., COMPANHIA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA SANTA CECÍLIA, FEPM - PARTICIPAÇÕES LTDA., FRANCISCO DE PAULA MACHADO, IRENE HELENA DEFRANCO MACHADO PORTELLA, MARIA CECÍLIA PEDROSA DE PAULA MACHADO, SANTA CECÍLIA PARTICIPAÇÕES LTDA., e SOLIDARIEDADE S.A. - p.p. Evaldo Pereira Ramos; Guilherme de Paula Machado; BANCO CLÁSSICO S.A. - p. José Pais Rangel e José Luiz Araújo de Brito; José Pais Rangel; Julian Fonseca Peña Chediak; Maurício Forjaz Herbert Pereira; Sebastião Afonso Neto; e Rodolfo Lacê Brandão. Está conforme o original. Delson Furtado de Almeida - Secretário.